

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Licenciatura em Economia pela Universidade Católica de Lisboa, concluída em 1982.

Pós-graduação em Estudos Europeus, na vertente de Economia, pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, no ano lectivo de 1987-1988.

Curriculum profissional:

Entre 1983 e 1984 realizou um estágio na Companhia Carris de Ferro de Lisboa;

Em 12 de Março de 1984, ingressou no quadro da então Direcção-Geral das Alfândegas, na carreira técnica superior aduaneira, com a categoria de segundo-verificador superior, sendo desde 26 de Dezembro de 2002 titular da categoria de verificador assessor;

De 1990 a 1993 foi técnico superior na área da assessoria económica junto administração da INTERFINA — Sociedade Internacional de Investimentos, SGPS, S. A.;

De 7 de Fevereiro de 2000 até 27 de Novembro de 2002, desempenhou as funções de secretário do Conselho Técnico Aduaneiro;

Em 28 de Novembro de 2002 foi nomeado em regime de substituição no cargo de director da Alfândega de Alverca, que vem exercendo;

É possuidor de vasta formação na área aduaneira e foi formador na mesma área, designadamente no âmbito de estágios de ingresso nas carreiras de técnico verificador e de técnico superior aduaneiro;

Foi presidente de dois júris de concursos nas carreiras aduaneiras, sendo um de acesso e outro de ingresso.

Despacho (extracto) n.º 121/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 22 765/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 262, de 8 de Novembro de 2004, e precedendo a anuência da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais:

Neomésia Emília Landim Lopes Nogueira Branco, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — transferida para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral com a mesma categoria, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral do Património

Despacho n.º 122/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, a que se reportam os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º da mesma lei, deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, adequadas ao cargo a exercer.

Cumpridos os procedimentos de selecção determinados no n.º 1 do artigo 21.º da aludida lei para o provimento do cargo de director de serviços do Núcleo de Informática da Direcção-Geral do Património, foram apresentadas três candidaturas, sendo que, de acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, a escolha deverá recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

Analisadas as candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato José Manuel dos Santos Estrela reúne os requisitos legais, possui vasta experiência, formação e conhecimento organizacional relacionados com as actividades a desenvolver, designadamente experiência em cargo de direcção intermédia na área do cargo a prover, cabalmente comprovadas pela nota curricular anexa, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos constantes do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nestes termos:

Nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director de serviços do Núcleo de Informática da Direcção-Geral do Patri-

mónio, o licenciado José Manuel dos Santos Estrela, assessor principal do quadro do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

23 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — José Manuel dos Santos Estrela.

Nascimento — 15 de Maio de 1949, Sé, Faro.

Função pública — assessor principal do quadro do pessoal do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Engenharia Civil, ramo de Estruturas, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, em 1975, com média de 15 valores.

3 — Experiência profissional:

1975-1976 — engenheiro de 2.ª classe no Gabinete de Apoio Técnico de Beja da Comissão de Planeamento da Região Sul;

1976-1977 — director dos Serviços Técnicos dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Almada;

1977-1987 — Departamento de Contratos de Desenvolvimento do Fundo de Fomento da Habitação;

1987-1988 — chefia do Gabinete de Estudos Técnicos e de Apreciação de Projectos do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado;

1988-1994 — director de serviços de Instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

1994-1998 — chefe de serviços de Office da Informática da sociedade Parque Expo98, S. A.;

1999-1999 — assessor informático da sociedade JAE — Construção S. A.;

1999-2002 — director do Departamento de Informática do ICOR — Instituto para a Construção Rodoviária;

2003 — chefia da informática do IGFPJ — Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça;

2003-2004 — director de serviços do Núcleo de Informática da Direcção-Geral do Património.

Despacho n.º 123/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, a que se reportam os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º da mesma lei, deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, adequadas ao cargo a exercer.

Cumpridos os procedimentos de selecção determinados no n.º 1 do artigo 21.º da aludida lei para o provimento do cargo de director de serviços Administrativos da Direcção-Geral do Património, foram apresentadas quatro candidaturas, sendo que, de acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, a escolha deverá recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

Analisadas as candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato António Adriano de Matos da Silva Almeida reúne os requisitos legais, possui vasta experiência, formação e conhecimento organizacional relacionados com as actividades a desenvolver, designadamente experiência em cargo de direcção intermédia na área do cargo a prover, cabalmente comprovadas pela nota curricular anexa, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos constantes do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nestes termos:

Nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director de serviços Administrativos da Direcção-Geral do Património, o licenciado António Adriano de Matos da Silva Almeida, inspector principal do quadro da Inspeção-Geral da Segurança Social e do Trabalho.

23 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*.

Curriculum académico e profissional

Nome — António Adriano de Matos da Silva Almeida.

Data de nascimento — 26 de Dezembro de 1965.

Naturalidade — Coimbra (Sé Nova).

Habilitação académica — licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Carreira profissional:

Técnico superior de 2.ª classe do Tribunal de Contas (de 2 de Janeiro de 1995 a 30 de Setembro de 1997);